

Tecnológica e inovação: perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil.

Edileusa Godói-de-Sousa

Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia - FAGEN/UFU -
Brasil - edileusagodoi@uol.com.br

José Eduardo Ferreira Lopes

Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia - FAGEN/UFU -
Brasil - jeflopes@fagen.ufu.br

Andrea Costa Van Herk Vasconcelos

Faculdade Católica de Uberlândia - FCU - Brasil - andreaherk@gmail.com

Lizandra Ariane Machado de Castro

Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia - FAGEN/UFU -
Brasil - lizandraariane@gmail.com

Sumário

Este estudo propôs discutir sobre os princípios do desenvolvimento social vivenciados na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil. Para a pesquisa empírica, analisou-se as informações de 21.859 empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 1.650.000 homens e mulheres. A análise foi desenvolvida a partir de estatística descritiva e estatística inferencial, mais especificamente, médias, medianas, análises de frequências, testes para diferença de proporção e representação gráfica dos dados, como forma de resumir uma grande quantidade de dados e mostrar seu comportamento. Os resultados apontaram que a capacidade da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil ainda é pequena, restringindo-se a uma dimensão comunitária local. Portanto, para o desenvolvimento social, na perspectiva da atuação da mulher nesses empreendimentos, é necessário instaurar arranjos organizacionais que proporcionem o fortalecimento de atividades de formação integral dessas gestoras sociais, além da clareza e da identificação pessoal com relação a um projeto ético-político emancipatório.

Abstract

This study aimed to discuss the principles of social development experienced from the perspective of women's roles in social enterprises in Brazil. For empirical research, we analyzed information from 21,859 solidary enterprises, involving some 1,650,000 men and women. The analysis was developed from descriptive statistics and inferential statistics, more specifically, means, medians, frequency analyses, tests for difference of proportion and graphical representation of data as a way to summarize a large amount of data and show its behavior. The results showed that the action capacity of women in social enterprises in Brazil is still small, being restricting to the local community. Therefore, to achieve social development, from the perspective of women's roles in these projects, it is necessary to establish organizational arrangements that may strengthen integral formation activities of these social managers, as well as clarity and personal identification in relation to an ethical-political emancipation project.

Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e à Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia - PROPP/UFU, pelo apoio financeiro.

1. Introdução e objetivos

Embora muitos aspectos do desenvolvimento humano tenham experimentado progressos substanciais nos últimos 20 anos, houve no mesmo período o aumento de desigualdades entre países e dentro dos países. Para cada país onde a desigualdade foi reduzida nos últimos 20-30 anos, mais de dois viram a desigualdade aumentar. (BOSSE e GODÓI-DE-SOUSA, 2012).

A pobreza vivida por milhões de pessoas suscita muitos questionamentos sobre soluções, caminhos, alternativas e possibilidades que efetivamente tenham potencial para modificar esse cenário. Esses questionamentos ganham maior evidência, principalmente, após a recente crise econômica mundial, gerada a partir dos mercados imobiliário e financeiro dos EUA. As faces mais visíveis dessa crise estão nas previsões inseridas no relatório divulgado pelo Banco Mundial - BIRD e pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, de que 1 bilhão de pessoas sofrerá de fome crônica no mundo todo, haverá o crescimento do desemprego, e que dificilmente serão alcançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio fixados para 2015.

Apesar de o Relatório de Desenvolvimento Humano, lançado em 2013, revelar progressos consideráveis, observa-se que em 104 países abrangidos pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), estima-se que cerca de 1,56 bilhão de pessoas - ou mais de 30% de suas populações combinadas - vivam em situação de pobreza multidimensional. O Anexo Estatístico do Relatório de 2013 também inclui o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), projetado para medir as desigualdades de gênero, de acordo com os valores nacionais relativos à saúde reprodutiva, empoderamento e capacitação das mulheres no mercado de trabalho. Os resultados apontam altos índices de desigualdade de gênero, principalmente, na África subsaariana, Sul da Ásia e os Países Árabes.

A mensagem essencial transmitida neste e em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano é a de que o crescimento econômico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano. O Relatório de 2013 identifica quatro domínios específicos, com vista à manutenção da dinâmica de desenvolvimento: melhorar a equidade, incluindo a dimensão do gênero; proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens; enfrentar as pressões ambientais; e gerir as alterações demográficas.

Nessa direção, observa-se uma proliferação de iniciativas que procuram fazer frente às estruturas, valores e pressupostos fundantes da economia tradicional. Os empreendimentos sociais nascem e se consolidam como uma das vias de atenuação da miséria em ações de potente impacto local, promovendo a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. (BOSSE e GODÓI-DE-SOUSA, 2012).

O Empreendedorismo Social, portanto, emerge como via promissora da renovação da intervenção social, no sentido de promover o desenvolvimento social. Mais pragmaticamente, o empreendedorismo social pode se caracterizar pela intervenção social por meio da criação de formas alternativas de produção econômica associada à participação social e democrática (GODÓI-DE-SOUSA, 2010). As capacidades de inovação, de identificação e de aproveitamento de oportunidades para a criação de novos negócios, novos mercados e capital social, estariam a serviço da geração concomitante de valores social e econômico. Para tanto, não existe um modelo a ser seguido; a forma organizativa de um empreendimento social deve ser uma decisão tomada com base no formato mais eficaz de mobilizar os recursos necessários para enfrentamento dos problemas sociais. (QUINTÃO, 2004; SEKN, 2006; FISCHER, 2011).

Nesse contexto, o empreendedorismo social feminino, ainda de forma tímida, vem sendo objeto de alguns estudos (VALE, SERAFIM e TEODÓSIO, 2011). Todavia, na prática, a atuação das mulheres ainda permanece invisível do ponto de vista das políticas que dirigem a economia atual, não permeando os debates em torno de questões como políticas de geração de emprego, mundo do trabalho e globalização. “[...] não dão visibilidade àquelas que não têm espaço político e são silenciadas em suas tarefas cotidianas.” (QUINTELA, 2006, p. 8). Segundo Azevedo et al (2008), o trabalho produtivo das mulheres aparece mais como uma “ajuda” do que como parte efetiva integrante da renda familiar, mesmo quando muitas vezes elas se configuram como o único esteio da família. Mas, para Sales Veras (2012), mesmo na invisibilidade, as mulheres estão plantando, colhendo, e cultivando o desejo de usufruir da terra com o seu trabalho.

Essa perspectiva é apontada por Nogueira (2004) a partir do desequilíbrio e da “exploração” do trabalho perante o contingente masculino e feminino. Nesse cenário, a autora oferece o recorte dos empreendimentos com caráter solidário buscando uma solução ou minimização para essa desigualdade, uma vez que as organizações que compõem a emaranhada área do terceiro setor, principalmente as que geram trabalho e renda, assentam-se no conceito de ajuda mútua e sustentabilidade. Deslumbra-se, nestas organizações, uma perspectiva de valorização do trabalho feminino, fora do ambiente doméstico, seguindo a agenda de Cardoso e Teodósio (2011) que traduzem a partir das dimensões econômica, social e política, a “emancipação” e possibilidades para que grupos sociais e, principalmente, figuras femininas ganhem mais autonomia e representatividade, ilustrando uma (re) significação do trabalho.

Essa questão, que já havia sido apresentada por Kaloustian (2000), aportou-se na contemporaneidade do século XXI para declinar sobre a modificação dos arranjos familiares, apontando muitas mulheres como chefes de famílias, seja no meio urbano quanto no rural.

No entanto, são poucos os estudos brasileiros que procuram identificar as relações existentes entre as atividades executadas por meio de empreendimentos sociais formados por mulheres (VALE, SERAFIM e TEODÓSIO, 2011) e o desenvolvimento social.

Para avançar nessa construção, que amplia e enriquece o debate sobre gênero na sociedade brasileira, buscou-se compreender: **como os princípios do desenvolvimento social estão sendo vivenciados na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil?** A intenção é apontar o trabalho das mulheres no ambiente dos empreendimentos sociais, numa perspectiva de transformação dos parâmetros básicos que dão suporte ao desenvolvimento local e social. Neste sentido, este estudo contempla dupla relevância: oportunidade de tratar um tema academicamente pouco explorado, mas relevante para o desenvolvimento de pesquisas correlatas; e por apresentar especificidades relacionadas à atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo se inicia com a construção de um arcabouço teórico apresentando a noção contemporânea sobre desenvolvimento social. A seguir é discutido o desenvolvimento social na perspectiva da atuação das mulheres em empreendimentos sociais. A interface entre a fase teórica e empírica da pesquisa é composta pela análise do banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, com as informações nele contidas sobre 21.859 empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres, segundo um conjunto de prismas de análise estatística.

2. Referencial teórico

2.1. O desenvolvimento social em debate

O intenso crescimento econômico ocorrido a partir da década de 1950, em diversos países semi-industrializados, entre eles o Brasil, não se traduziu necessariamente em maior acesso à saúde, à educação e à bens materiais e culturais. Isto deu origem a um intenso debate internacional sobre a temática do desenvolvimento. (VEIGA, 2005).

O tema tem ocupado a centralidade nas discussões em diversas dimensões que impactam nas perspectivas da qualidade futura de vida, tomando aspectos econômicos, políticos, culturais, geográficos e outros que constituem uma série de interfaces que se comunicam de maneira indissociável. Contudo, para Teixeira e Peres (2010) os caminhos a se traçar sobre o desenvolvimento estão longe de ser concordantes.

Em decorrência, apesar das divergências manifestadas, o debate encaminha-se para a crescente problematização do conceito da *qualidade de vida* e os consequentes impactos sociais, ambientais e econômicos para alcançá-la. Embora, tradicionalmente, a noção de desenvolvimento tenha se associado quase que exclusivamente à perspectiva econômica baseada no crescimento econômico. (TEIXEIRA e PERES, 2010, p. 4)

Sachs (2004) vê no sentido do desenvolvimento a maximização de oportunidades que habilitem os seres humanos a manifestarem potencialidades, talentos e imaginação que tragam auto-realização e felicidade. Estas oportunidades podem ser criadas em empreendimentos individuais e coletivos combinados e em tempo dedicado a atividades não produtivas.

Nessa perspectiva, o termo desenvolvimento social se redefine a cada situação social. Por meio da análise de todas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo pode-se notar como o conceito de desenvolvimento social é particularmente difícil de ser colocado tendo Righi, Pasche e Akerman (2006, p.11) dito que,

Promover o desenvolvimento social é refutar a ideia de que somente o crescimento econômico possa gerar melhorias nas condições de vida através da teoria do “gotejamento”, ou que, “só com o crescimento do bolo” é que se pode levar benefícios aos mais pobres. Com isso entende-se o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infra-estrutura, capital comercial, capital financeiro, etc) e do capital social (valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade).

Uma perspectiva que assume grande importância prática no contexto brasileiro diz respeito à existência de estratégias de desenvolvimento local. São iniciativas que visam propiciar transformação social, mobilizando potencialidades e recursos de uma determinada comunidade ou região, orientada para seu desenvolvimento econômico e social (BROSE, 2012; HADDAD, 2004; LOURENÇO, 2003). Pode-se dizer que é um processo de desenvolvimento endógeno - enfatiza a mobilização de recursos latentes na região, privilegia o esforço de dentro para fora, visando favorecer a desconcentração de renda e adaptar os projetos às condições e necessidades do local. Nesse entendimento, o desenvolvimento local está atrelado ao combate à pobreza e redução das desigualdades em uma determinada região.

De um modo geral, seja qual for o ângulo do debate, no cerne da ideia de desenvolvimento está o dilema da desigualdade. (BOSSE e GODÓI-DE-SOUSA, 2012). Não é objetivo deste artigo aprofundar ou esgotar esse debate, mas sim buscar evidências que permitam identificar quais elementos podem ser indicativos de que um grupo de pessoas, uma

comunidade ou um território experimentam ou experimentaram processos de desenvolvimento social impulsionados ou fortalecidos pela ação de empreendimentos sociais no Brasil que vêm tendo expressiva atuação das mulheres.

2.2. Atuação da mulher em empreendimentos sociais sob a perspectiva do desenvolvimento social

Uma referência interessante para ilustrar a atuação feminina em empreendimentos sociais é o SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária), cujas informações mostram que os empreendimentos solidários brasileiros empregam 1.687.035 pessoas e, desse total, 63% são homens e 37% são mulheres, muito embora esse número possa ser justificado pela grande concentração dos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) na produção agropecuária (41%). Nesse cenário, as atividades são mais orientadas para o público masculino. Nos EES, cuja participação feminina é maior, como, por exemplo, as organizações voltadas para a produção de artefatos artesanais, a concentração masculina é menor, apenas 17% do total, conforme verificado no banco de dados do SIES.

Essa perspectiva é apontada por Nogueira (2004) a partir do desequilíbrio e da “exploração” do trabalho perante o contingente masculino e feminino. Nesse cenário, a autora oferece o recorte dos empreendimentos com caráter solidário buscando uma solução ou minimização para essa desigualdade, uma vez que as organizações que compõem a emaranhada área do terceiro setor, principalmente as que geram trabalho e renda, assentam-se no conceito de ajuda mútua e sustentabilidade. Deslumbra-se, nestas organizações, uma perspectiva de valorização do trabalho feminino, fora do ambiente doméstico, seguindo a agenda de Cardoso e Teodósio (2011) que traduzem a partir das dimensões econômica, social e política, a “emancipação” e possibilidades para que grupos sociais e, principalmente, figuras femininas ganhem mais autonomia e representatividade, ilustrando uma (re) significação do trabalho.

Costa (2006) reforça o raciocínio, relatando que, a partir do século XX, os movimentos feministas conquistaram outros espaços, antes exclusivamente masculinos. No arcabouço desses movimentos, houve a reivindicação de direitos, a criação de associações com objetivos de lutar por melhores condições e menores diferenças entre os gêneros, dentre outros. Todavia, estudos de Piore e Sabel (1984), Giddens (2002), Castells (2003) e Cappelle et al, (2006), apesar de apontarem para o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, concomitantemente aos movimentos feministas a partir de 1970, defendem que ainda persiste a divisão de tarefas entre os gêneros, conforme a natureza de cada sexo.

Num recorte histórico, os empreendimentos sociais solidários foram criados a partir da união da sociedade civil sem fins lucrativos com as instituições filantrópicas, conforme explica Andion (2005). A autora esclarece que a relação entre os membros dessas organizações não envolve laços de sangue e, sim, reciprocidade, vontade e engajamento para promover ações de interesse geral. Nessa arena, uma perspectiva interessante é apontada por Guérin (2005), complementando que, nesses empreendimentos, as mulheres têm participação maciça e, no geral, as organizações são voltadas para a produção de bens e a prestação de serviços. Muito embora, como afirma a autora, algumas vezes essa participação é evidenciada não pela natureza do empreendimento social, mas sim, pela necessidade de atuação. Todavia, as mulheres possuem uma característica em comum: primam pela organização coletiva como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, no intuito de buscar certa liberdade e independência econômica em relação aos homens.

Buscando mais reflexões acerca do tema, Guerra e Toledo (2010) reforçam as desigualdades nas relações de gênero em empreendimentos sociais. Os autores mostram que existe o desenvolvimento de um conceito, pois muitas mulheres inseridas em organizações que geram trabalho e renda, lá o estão não por opção, mas, sim, por falta dela. Contudo, parece que encontram, nessa realidade, nos espaços nos quais se espera que prevaleçam valores como cooperação e solidariedade, a possibilidade de se (re) afirmarem como sujeitos, donas de suas próprias vidas. Todavia, os autores ainda indicam uma dificuldade por parte das mulheres, qual seja, conquistar relações mais harmônicas entre gêneros. Essa dificuldade se potencializa quando essas relações incluem as de âmbito familiar, contudo, parece que há um caminho a percorrer com possibilidades de transformação dessas relações.

O retrato de desequilíbrio nas relações faz-se delinear a visão de Kaloustian (2000) que se valeu da contemporaneidade do século XXI para declinar sobre a modificação dos arranjos familiares, tornando muitas mulheres chefes de famílias, no meio urbano e no rural.

Costa (2006) expõe a participação feminina no campo político, afirmando que as mulheres conquistaram mais espaço, criando, por um lado, maneiras de atuar de forma mais influente, porém, conservadora, e, por outro lado, o surgimento de espaços em que o profissionalismo e a qualificação se tornaram influenciadores sócio-políticos. Faria, Silveira e Nobre (2007), complementam que as questões de gênero e a participação das mulheres no contexto social, devem se aportar na perspectiva econômica, que sirva como pano de fundo para a reordenação de práticas. Assim, por um lado, a discussão sobre gênero deve ser foco de espaços direcionados à reflexão de práticas que minimizem as desigualdades e a exclusão da mulher no campo do trabalho, seja ele qual for.

Por outro lado, Teixeira e Peres (2010) ilustram que o desenvolvimento social faz parte da evolução de transformações sociais, que envolvidas num contexto socioeconômico, produzem a materialização da vida concreta, a partir do bem-estar do homem. Em outras palavras, o desenvolvimento faz parte da somatória de elementos, que em conjunto, produzem a interdependência necessária para a harmonização e reforço do potencial presente e futuro.

É nesse sentido, que se faz necessário o debruço sobre uma nova “lógica” do desenvolvimento social que vislumbre uma maior participação das mulheres no contexto econômico-social e que favoreça qualquer parte dos empreendimentos sociais, em cujos olhares de autogestão e produtividade sejam os focos principais (PESSOA; RAMOS e PEIXOTO, 2008).

3. Metodologia

Quanto à abordagem, este trabalho trata-se de uma pesquisa quantitativa. Quantitativa porque traduz em números as opiniões e as informações, requerendo o uso de recursos e técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Nesta abordagem, foram analisados os dados levantados sobre a realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que atuam no Brasil, disponibilizados no Banco de Dados elaborado pela SENAES/MTE.

O mapeamento sobre os EES no Brasil começou a ser realizado em 2004, sendo publicados os primeiros dados em 2006, com 14.950 empreendimentos pesquisados, constituindo a primeira base do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Em 2007, o banco de dados foi ampliado com visita a mais 6.905 empreendimentos, totalizando 21.858 EES, em todas as unidades da federação, abrangendo 48% dos municípios brasileiros e envolvendo cerca de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres.

Como o gênero é base para este estudo, optou-se por excluir da amostra empreendimentos cujos sócios fossem pessoas jurídicas. Assim, a base final para análise foi composta por 21.637 empreendimentos.

Com as informações disponibilizadas neste banco de dados, a pesquisa se ateve em avaliar a descrição estatística das categorias elaboradas a partir da literatura consultada. As análises se concentraram na avaliação da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil e suas vivências e perspectivas em relação ao desenvolvimento social.

Para tanto, os empreendimentos foram classificados segundo a participação das mulheres na sociedade e o resultado é ilustrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Classificação dos empreendimentos pela participação de mulheres na sociedade

Participação da Mulher	Quantidade de Empreendimentos	%
Sem Mulheres (0%)	2.053	9,5
Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)	6.781	31,3
Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)	4.934	22,8
Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)	3.994	18,5
Exclusivamente Mulheres	3.875	17,9
Total	21.637	100,0

Fonte: banco de dados do SIES

Ao analisar os dados da Tabela 1 e da Tabela 2, observa-se que, embora a participação média das mulheres nas sociedades seja de 50%, a participação total das mulheres nas sociedades é de apenas 29,13%, representando 630.382 mulheres. Isto se dá pelo fato de que as mulheres estão muito mais presentes nas sociedades de pequenos empreendimentos enquanto os homens estão mais presentes na sociedade de empreendimentos de maior porte. Esses dados se distanciam do que a literatura sinaliza sobre uma maior participação de mulheres em relação aos homens atuando no Terceiro Setor. Nesse caso, acredita-se que isso ocorre por se tratar de associações produtivas, voltadas para a geração de rendas as quais podem, provavelmente, ser constituídas em sua maioria por homens.

Apesar do grande número de sócios, apenas 29% (484.006) deles trabalham no empreendimento, sendo que em 50% dos empreendimentos (mediana) tem até dois homens trabalhando e nos outros 50%, mais de dois homens trabalhando e em 50% dos empreendimentos até três mulheres trabalhando e nos outros 50%, mais de três mulheres trabalhando. De forma relativizada, a proporção de mulheres sócias que trabalham nos empreendimentos (35% - 217.439) é superior à proporção dos homens (25% - 266.567).

Estes indicadores podem representar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho capitalista, onde as organizações de porte maior também são dominadas pelos homens. Entre as variáveis que podem justificar esse fenômeno, tem-se a tendência histórica de serem considerados espaços de atividades “ditas” masculinas, assim, a dificuldade das mulheres ocuparem espaços de direção nesses empreendimentos. Contudo, percebe-se a mulher assumindo cada vez mais um papel de geradora de renda, contribuindo para o desenvolvimento das sociedades em que estão inseridas.

Tabela 2 - Participação das mulheres na sociedade dos empreendimentos e no trabalho

	Sócios			Sócios que Trabalham no Empreendimento		
	(A) Total	(B) Homens	(C) Mulheres	(D) Total	(E) Homens	(F) Mulheres
Qtd.	21.637	21.637	21.637	21.637	21.637	21.637
Média	77,99	48,86	29,13	22,37	12,32	10,05
Mediana	25,00	13,00	10,00	9,00	2,00	3,00
Mínimo	1	0	0	0	0	0
Máximo	31.980	25.000	14.391	1.684	999	960
Total	1.687.496	1.057.114	630.382	484.006	266.567	217.439

Fonte: banco de dados do SIES

Para análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva e estatística inferencial, mais especificamente, médias, medianas, análises de frequências, testes para diferença de proporção e representação gráfica dos dados, como forma de resumir uma grande quantidade de dados e mostrar seu comportamento. Com essas análises pretendeu-se criar uma visão geral dos dados obtidos.

Todas as afirmações e constatações utilizadas neste trabalho foram estatisticamente significantes. Para testar a significância, utilizou-se o teste Qui-quadrado para diferença de proporções com significância de 5%.

As categorias e os indicadores construídos neste trabalho buscaram explorar ao máximo as informações contidas na Base de Dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). No entanto, talvez não sejam, necessariamente, os melhores do ponto de vista conceitual, pelo fato da necessidade de adaptação aos dados já disponíveis na Base de Dados. Esse fato constituiu-se um limite desta pesquisa, sem comprometer os resultados da mesma, pois acreditou-se que tais categorias e seus indicadores se mostraram relevantes.

4. Resultados e discussão

Os empreendimentos sociais mapeados (2005-2007) estão distribuídos pelas regiões do Brasil nas seguintes proporções: região Nordeste (9.466 - 44%), Sudeste (3.873 - 18,0%), Sul (3.526 - 16%), Norte (2.628 - 12%) e Centro-Oeste (2.144 - 10%). A grande maioria deles teve seu início na década de 1990 com gradativa expansão a partir dos anos 2000. Quando analisamos os empreendimentos com alta participação de mulheres sócias ou que sejam exclusivamente compostos por mulheres sócias, observa-se que, apesar do Nordeste concentrar a maior parte destes empreendimentos, (1.536 – 39% e 1.251 – 32% respectivamente), estes números estão abaixo da proporção geral de empreendimentos nesta região (44%). A região Sudeste, proporcionalmente, concentra mais empreendimentos desta natureza (1.061 – 27% e 1.087 – 28% respectivamente), que a proporção geral de empreendimentos (18%).

De acordo com os dados da pesquisa, 6.709 (31,6%) das iniciativas em empreender foram motivadas em primeiro lugar, pela construção de alternativas ao desemprego. Entretanto, quando se observa a Figura 1, esta alternativa ganha destaque entre os empreendimentos que tem somente mulheres como sócias (48,4%) ou que, na composição do quadro de sócios, tenha a predominância de mulheres (40,5%). Em seguida, visualiza-se a opção de complemento da renda dos sócios em empreendimentos que tenham somente mulheres como sócias (21,5%) e com predominância de mulheres (16%). As iniciativas em empreender mudam substancialmente em empreendimentos cuja sociedade é composta na sua maioria ou exclusivamente por homens, conforme se observa na Figura 1.

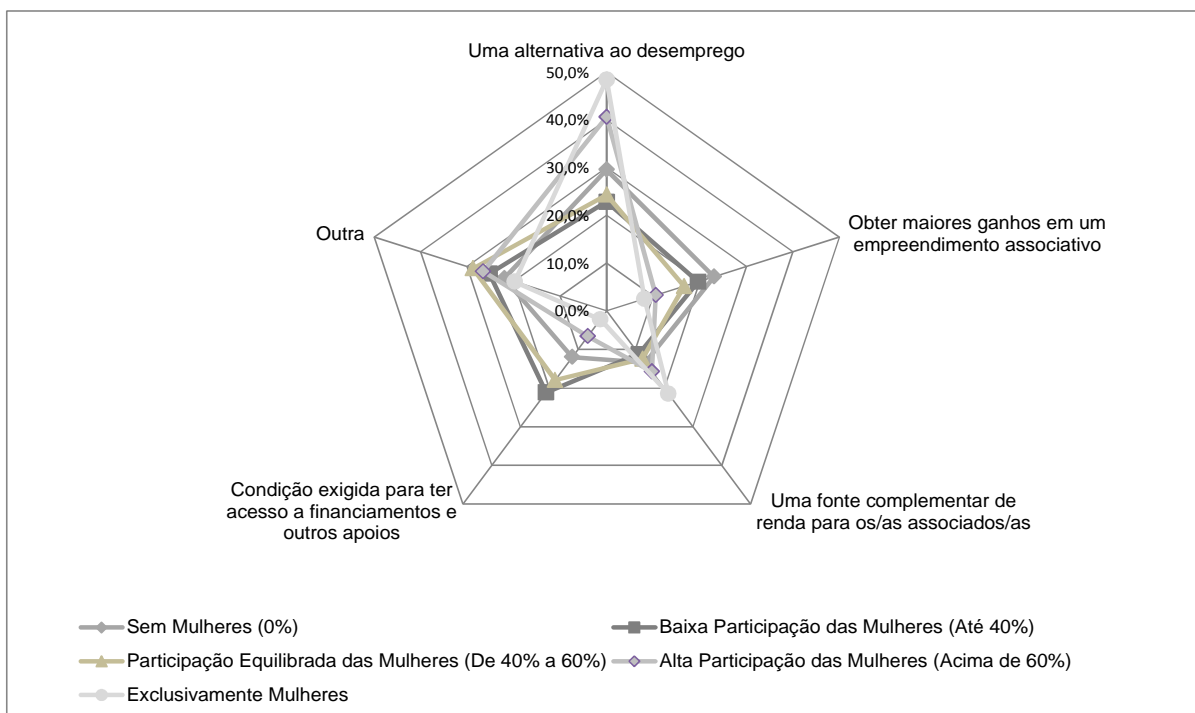


Figura 1 - Motivos para iniciar o empreendimento

Fonte: banco de dados do SIES

Os dados - Tabela 3 - indicaram que mais da metade (11.3193 – 51,7%) organizaram-se na forma de associações, 7.946 (36,7%) em grupos informais, 2.073 (9,6%) cooperativas e 422 (2%) distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. Ao observamos estes mesmos dados por grupos de empreendimentos, os dados revelaram que no grupo dos empreendimentos constituídos somente por mulheres, foi expressiva a quantidade de iniciativas que ainda permanece na informalidade (2.921 - 75,4%).

Tabela 3 - Forma de organização do empreendimento

Forma de Organização	Composição do Quadro Societal											
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Grupo Informal	775	37,7%	1.085	16,0%	1.298	26,3%	1.867	46,7%	2.921	75,4%	7.946	36,7%
Associação	1.047	51,0%	4.635	68,4%	3.133	63,5%	1.624	40,7%	754	19,5%	11.193	51,7%
Cooperativa	187	9,1%	953	14,1%	396	8,0%	400	10,0%	137	3,5%	2.073	9,6%
Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada	10	0,5%	14	0,2%	11	0,2%	12	0,3%	6	0,2%	53	0,2%
Sociedade Mercantil em Nome Coletivo	6	0,3%	15	0,2%	12	0,2%	9	0,2%	8	0,2%	50	0,2%
Sociedade Mercantil de Capital e Indústria	16	0,8%	38	0,6%	54	1,1%	50	1,3%	30	0,8%	188	0,9%
Outra	12	0,6%	41	0,6%	30	0,6%	32	0,8%	18	0,5%	133	0,6%
Total	2.053	100,0%	6.781	100,0%	4.934	100,0%	3.994	100,0%	3.874	100,0%	21.636	100,0%

Fonte: banco de dados do SIES

Tudo indica que essa atuação na informalidade tem dificultado o desenvolvimento desses empreendimentos, além de comprometer as condições necessárias à continuidade deles. Isso porque, ao não se formalizarem, tais iniciativas não conseguem viabilizar, entre outros benefícios, o acesso ao crédito financeiro, na tentativa de mudar a situação de precariedade em que tais empreendimentos se encontram. Ao saírem dessa condição "Grupo Informal", vislumbra-se uma perspectiva de valorização do trabalho feminino para que ganhem mais autonomia e representatividade, ajudando, assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas (CARDOSO e TEODÓSIO, 2011).

Observa-se - Tabela 4 – que quase a metade, ou seja, 10.450 (48,4%) dos EES atuam exclusivamente na área rural, 7.482 (34,7%) atuam exclusivamente na área urbana e 3.647

(16,9%) têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Contudo, os empreendimentos com predominância de mulheres na sociedade ou exclusivamente de mulheres, a atuação é predominantemente urbana. Ao analisar estes dados, levando-se em consideração o tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento - Tabela 5 – verifica-se que os empreendimentos com predominância de mulheres sócias ou exclusivamente de mulheres, desenvolvem atividades que justificam a sua predominância urbana, sendo que sobressaem as atividades de produção de artefatos artesanais, produção têxtil e confecção e produção de alimentos e bebidas. Estes indicadores podem representar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho capitalista (PIORE e SABEL,1984; GIDDENS, 2002; CASTELLS, 2003; CAPPELLE et al, 2006) em que ainda persiste a divisão de tarefas entre os gêneros, conforme a natureza de cada sexo.

Tabela 4 - Área de atuação do empreendimento

Área de Atuação	Composição do Quadro Societal										Total	
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rural	1.073	52,3%	4.514	66,7%	3.117	63,5%	1.000	25,1%	746	19,3%	10.450	48,4%
Urbana	542	26,4%	970	14,3%	1.040	21,2%	2.282	57,3%	2.648	68,5%	7.482	34,7%
Rural e Urbana	435	21,2%	1.285	19,0%	753	15,3%	700	17,6%	474	12,3%	3.647	16,9%
Total	2.050	100,0%	6.769	100,0%	4.910	100,0%	3.982	100,0%	3.868	100,0%	21.579	100,0%

Fonte: banco de dados do SIES

Contudo, vale ressaltar o importante papel desempenhado pelas mulheres camponesas cujos empreendimentos compostos exclusivamente por mulheres e exclusivamente rurais representam 19,3% deste grupo e considerando empreendimentos mistos (rural e urbano), representam 12,3% dos empreendimentos. Em empreendimentos cuja sociedade é composta em sua maioria por mulheres, estes números evidenciam ainda mais este papel, sendo que os grupos têm representação de 25,1% e 17,5%, respectivamente.

Tabela 5 - Tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento

Tipo de Atividade	Composição do Quadro Societal										Total	
	Sem Mulheres (0%)		Baixa Participação das Mulheres (Até 40%)		Participação Equilibrada das Mulheres (De 40% a 60%)		Alta Participação das Mulheres (Acima de 60%)		Exclusivamente Mulheres			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS(DIVERSOS)	266	13,5%	485	7,4%	316	6,6%	256	6,7%	87	2,3%	1.410	6,8%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, EXTRATIVISMO E PESCA	959	48,7%	4.113	62,6%	2.508	52,5%	704	18,5%	231	6,1%	8.515	40,8%
PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ARTESANAIS	175	8,9%	254	3,9%	428	9,0%	1.325	34,8%	1.453	38,6%	3.635	17,4%
PRODUÇÃO DE FITOTERÁPICOS, LIMPEZA E HIGIENE	27	1,4%	12	,2%	39	,8%	104	2,7%	158	4,2%	340	1,6%
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	309	15,7%	1.193	18,2%	966	20,2%	563	14,8%	546	14,5%	3.577	17,1%
PRODUÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS	49	2,5%	92	1,4%	91	1,9%	44	1,2%	37	1,0%	313	1,5%
PRODUÇÃO INDUSTRIAL(DIVERSOS)	64	3,3%	127	1,9%	74	1,5%	72	1,9%	49	1,3%	386	1,8%
PRODUÇÃO MINERAL(DIVERSA)	6	,3%	10	,2%	-	0,0%	-	0,0%	1	,0%	17	,1%
PRODUÇÃO TÊXTEL E CONFECÇÃO	87	4,4%	71	1,1%	185	3,9%	601	15,8%	1.188	31,6%	2.132	10,2%
SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS	9	,5%	92	1,4%	107	2,2%	118	3,1%	10	,3%	336	1,6%
SERVIÇOS RELATIVOS A CRÉDITO E FINANÇAS	17	,9%	121	1,8%	63	1,3%	21	,6%	3	,1%	225	1,1%
Total	1.968	100,0%	6.570	100,0%	4.777	100,0%	3.808	100,0%	3.763	100,0%	20.886	100,0%

Fonte: banco de dados do SIES

Um dado que chama a atenção é "o que" os sócios realizam de forma coletiva. Conforme Figura 2, à medida que aumenta a proporção de mulheres na sociedade dos empreendimentos, aumenta a intensidade de realizações coletivas pelos sócios, excetuando apenas a poupança e crédito e prestação de serviços onde são maiores em empreendimentos em que os homens são maioria nas sociedades.

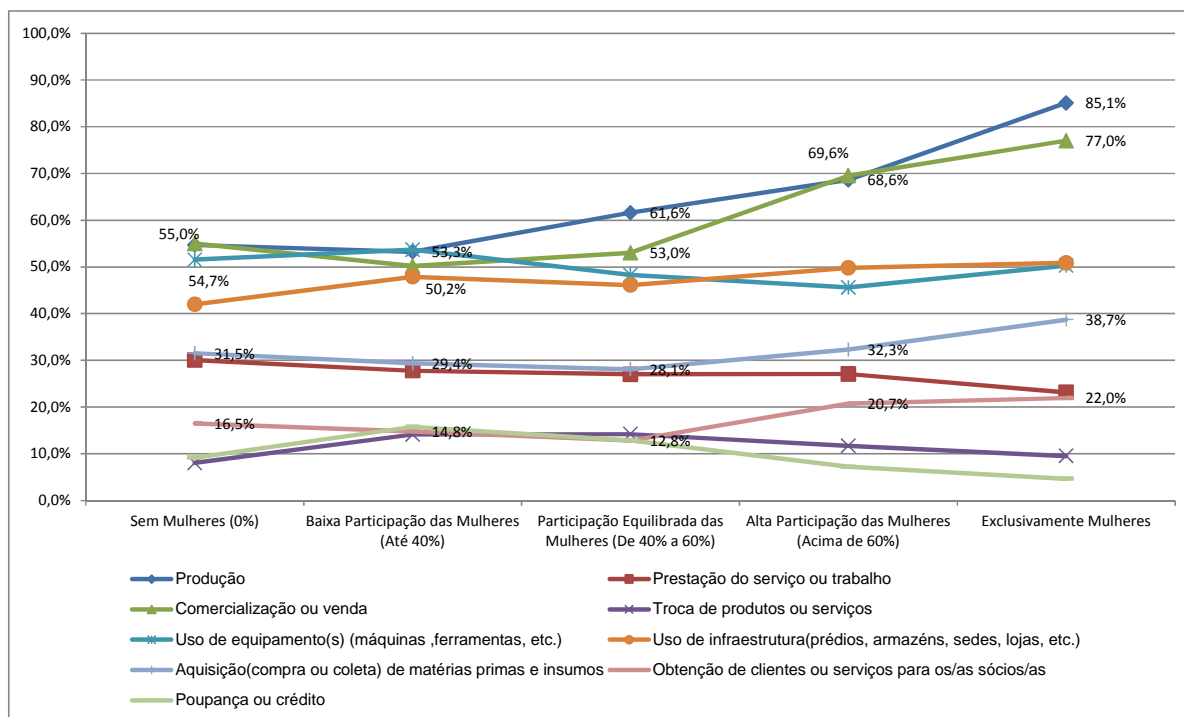


Figura 2 - Realização coletiva pelos sócios

Fonte: banco de dados do SIES

Quando se leva em conta os dramas e tramas culturais que se enunciam à condição das mulheres brasileiras quando se põem em busca da emancipação (NOBRE, 2003), é possível compreender porque as atividades ligadas à produção e comercialização, por exemplo, são realizadas por meio do trabalho mais coletivo nas iniciativas que possuem um número maior de mulheres sócias, enquanto que, a poupança e crédito são atividades realizadas coletivamente em empreendimentos cujos os homens são em maioria. Para Godói-de-Sousa (2010), o coletivo, no âmbito desses empreendimentos, articula-se com as diferentes percepções e valores que configuram o cotidiano de cada um dos associados. Isso pode implicar que atitudes, como o “compartilhar” responsabilidades e atribuições, que requer das pessoas doses de confiança e comprometimento - características que conformam a prática do associativismo - sejam percebidas de forma diferenciada pelas diferentes pessoas envolvidas, nesse caso, entre homens e mulheres. Guérin (2005) ressalta que, as mulheres buscam mais uma organização coletiva, como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, na expectativa de alcançarem certa independência econômica em relação aos homens.

Os dados apresentados na Figura sugerem que as organizações com predominância das mulheres na sociedade ou exclusivamente de mulheres, a participação dos sócios nas decisões é menor quando comparado às outras categorias de empreendimentos, excetuando-se a participação nas decisões cotidianas do empreendimento.

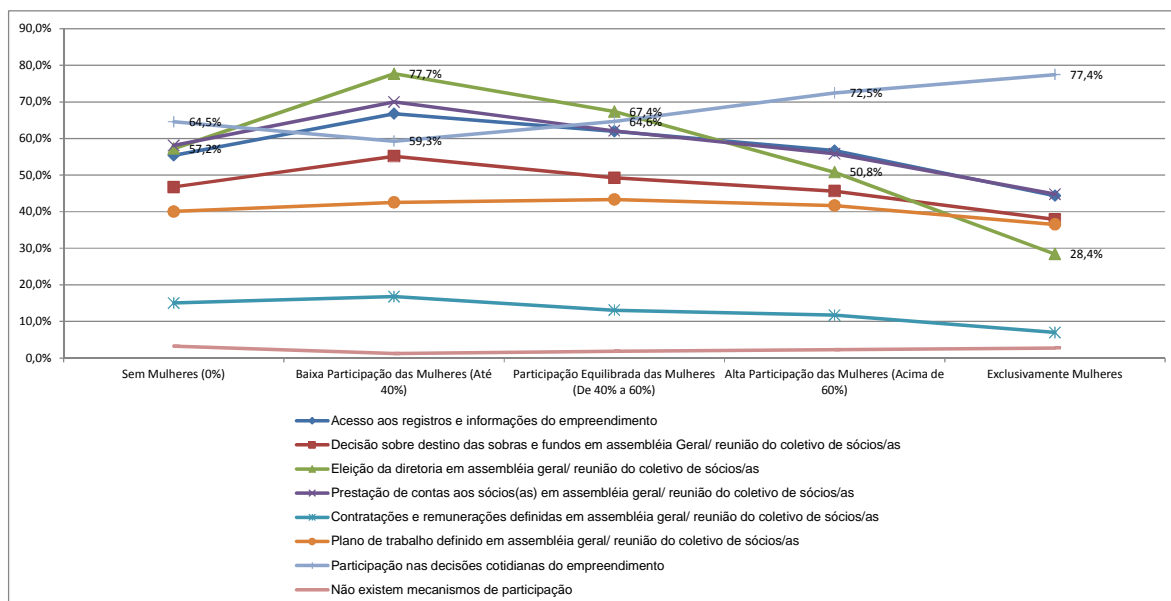


Figura 3 - Forma de participação dos sócios nas decisões

Fonte: banco de dados do SIES

De acordo com Godói-de-Sousa (2010), para que tais empreendimentos sociais se desenvolvam e tenham perenidade é necessário existir planejamento com a participação de todos os envolvidos. Os dados desta pesquisa revelaram que na prática isso não vem ocorrendo em grande parte desses empreendimentos, principalmente, naqueles com predominância das mulheres na sociedade ou exclusivamente de mulheres. Há evidências de que as lideranças dos empreendimentos permanecem dando mais atenção às atividades técnicas que as administrativas, ou seja, no nível de produção e comercialização, esses empreendimentos estão sendo capazes de trabalhar de forma coletiva. Entretanto, não têm a mesma disposição para as atividades administrativas com a democratização dos processos decisórios.

As organizações com predominância das mulheres ou exclusivamente de mulheres participam de forma acentuada de fóruns ou redes de economia solidária, redes de produção/comercialização e ONG, igrejas, pastorais, etc., quando comparadas aos outros grupos de empreendimentos - Figura .

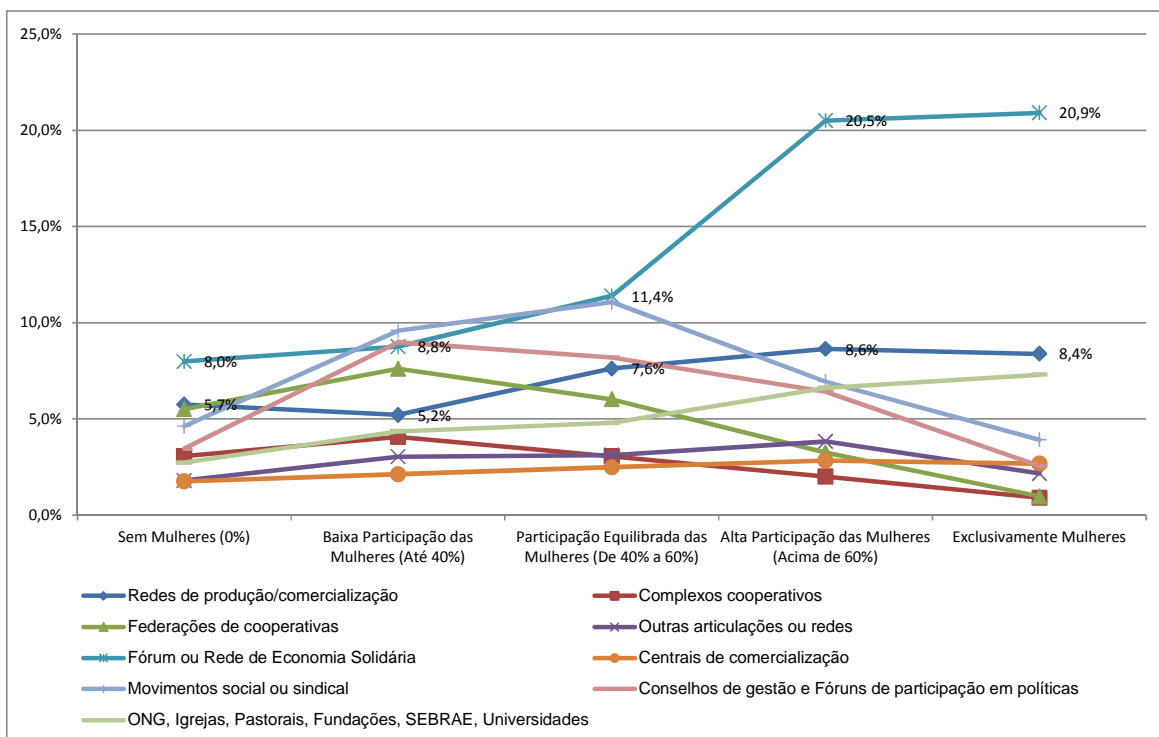


Figura 4 - Participação em rede ou fórum de articulação

Fonte: banco de dados do SIES

Fischer (2002) reforça a importância do estabelecimento de parcerias e redes ou fóruns de articulação, ao apontar que a capacidade de desenvolvimento dos empreendimentos sociais depende, cada vez mais, das suas relações intersetoriais. Para a autora, os projetos sociais, realizados por meio de alianças, têm melhores condições de obterem resultados concretos. Por serem projetos que se mostram mais complexos e que apresentam uma abrangência muito ampla, dificilmente alcançam resultados significativos se realizados exclusivamente por uma organização.

Os dados apresentados na Figura mostram a forte participação das mulheres em movimentos comunitários.

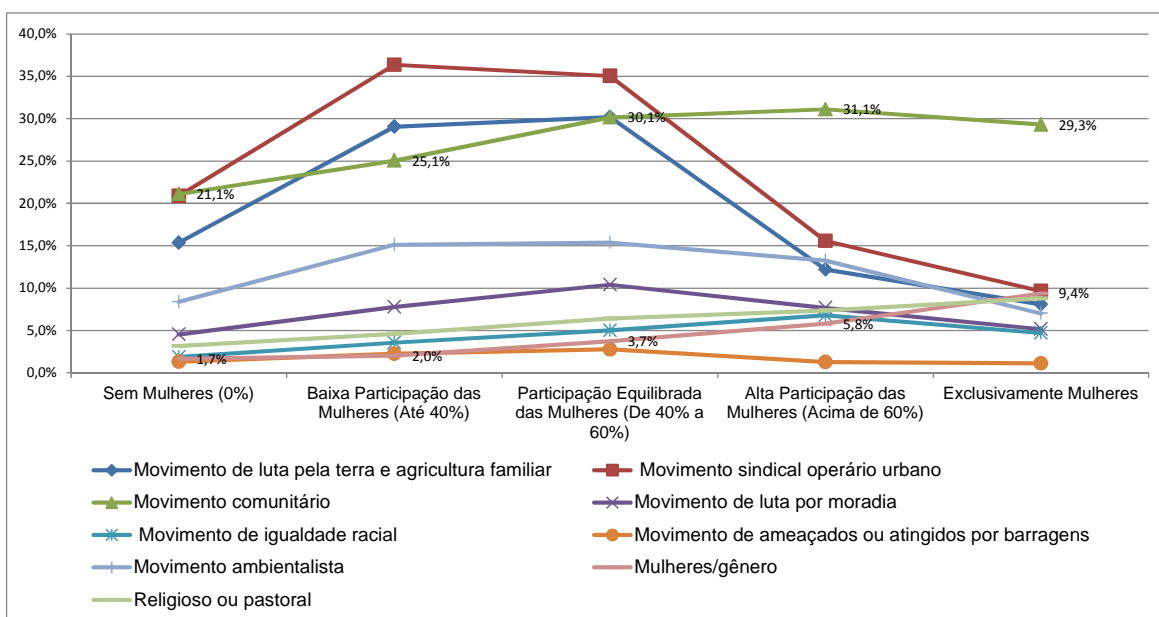


Figura 5 - Participação em movimento social e popular

Fonte: banco de dados do SIES

Essa participação das organizações com predominância das mulheres ou exclusivamente de mulheres em movimentos comunitários, revela que elas não se limitam apenas aos seus membros internos, mas voltam-se para questões que estão no seu entorno ou na sociedade mais ampla.

Por fim, o mapeamento mostrou uma maior precariedade ou fragilidade dos empreendimentos com predominância de mulheres na sociedade ou nos empreendimentos que só tenham mulheres como sócias. Esta fragilidade pode ser constatada quando se analisa a situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento onde praticamente a metade dos empreendimentos, 47% e 49% respectivamente estão nesta condição contra 36%, em média, das outras categorias de empreendimentos. Assim como as sedes, estes empreendimentos utilizam mais equipamentos arrendados (23% e 27% respectivamente), contra 16%, em média das outras categorias, a utilização de doações para iniciar as atividades do empreendimento correspondem a 26% e 30% respectivamente, contra 17%, em média das outras categorias.

Observou-se, portanto, que a dimensão econômica destas iniciativas apresenta um caráter restrito no plano dos recursos materiais mobilizados. Esta constatação vai de acordo com a afirmação de França Filho e Laville (2004) para quem o alcance deste tipo de iniciativas, na maioria dos casos, não consegue ir além do plano de uma “reprodução simples” - aquele da sobrevivência dos grupos. Para os referidos autores, tais empreendimentos, ao agirem apenas nos circuitos populares da economia, marcados pela pobreza das condições de vida, funcionando em condições precárias, dificilmente conseguem ir além da geração de renda apenas para os seus membros diretamente envolvidos. Quando o ideal seria gerar ocupação e renda também para a própria comunidade, ativando um circuito de relações de troca, produção e consumo de bens e serviços que pudesse reforçar a cadeia socioprodutiva local.

5. Conclusões

A literatura tem apontado que a atuação das mulheres em empreendimentos sociais, a partir das atividades geradoras de renda, abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A ideia de solidariedade e coletividade, em contraposição ao individualismo, é comum a todas as abordagens que referenciam a presença feminina nos empreendimentos sociais no Brasil. Entretanto, na prática, apesar dos avanços da atuação da mulher nesses empreendimentos, os resultados desta pesquisa evidenciaram significativos limites para a integração de ações e a efetividade dos resultados em prol da proposta de desenvolvimento social com base no equilíbrio econômico, social e político.

Na *dimensão econômica*, foi verificado que nos empreendimentos sociais que possuem somente mulheres como sócias (48,4%) ou que, na composição do quadro de sócios, tenha a predominância de mulheres (40,5%) são orientados, basicamente, pela necessidade de gerar renda em função do atendimento imediato das necessidades básicas das sócias envolvidas, que são mulheres inseridas nos estratos socioeconômicos mais baixos da estrutura social brasileira. O mapeamento mostrou ainda, que maior parte desses empreendimentos encontra-se em estado de vulnerabilidade e precariedade, com um baixo nível de estruturação interna e de articulação externa, mesmo participando de forma acentuada em fóruns ou redes de economia solidária e movimentos sociais. Há ainda, dificuldades de uma cooperação entre os próprios empreendimentos sociais, principalmente, com aqueles que possuem a maioria homens em sua composição. Com

estes limites, mal conseguem gerar renda para aqueles diretamente envolvidos, muito menos para a própria comunidade, com vistas ao desenvolvimento local.

Para a *dimensão social*, é possível supor que as iniciativas com predominância de mulheres na sociedade ou aquelas que só tenham mulheres como sócias, têm demonstrado uma tendência de desenvolvimento de novas formas de solidariedade. Em outras palavras, o foco dos empreendimentos sociais parece ser o de combinar “o laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004) com a “educação e conscientização para a cidadania ativa” (TEIXEIRA, 2003), capaz de engendrar ações transformadoras que resultem na diminuição das desigualdades e da exclusão social. Isso é evidenciado pela participação expressiva desses empreendimentos em movimentos sociais voltados para questões que estão no entorno da sociedade mais ampla. Isso mostra um alinhamento teórico ao que fora argumentado por Quintão (2004), para os quais os empreendimentos sociais emergem com um potencial de intervenção capaz de criar um valor social superior. Todavia, faltam ainda respostas eficazes e eficientes às situações cotidianas marcadas pelas relações de poder, pela hierarquia e pelos conflitos que também permeiam a realidade desses empreendimentos sociais.

Na *dimensão política*, apesar de a vocação maior destas práticas organizativas ser a produção de renda aos seus associados, nas organizações com predominância de mulheres ou aquelas que só tenham mulheres como sócias, também, ações são empreendidas visando o enfrentamento de problemáticas específicas, numa perspectiva de institucionalização de direitos. Porém, ainda é pequena a capacidade que essas iniciativas possuem de chamar atenção para problemáticas sociais mais gerais por meio de suas ações, restringindo-se a uma dimensão comunitária local.

Essas constatações levam, portanto, à conclusão de que, tais iniciativas com predominância de mulheres como sócias têm como um dos principais desafios, o de criar contextos favoráveis a uma organização socioeconômica e política de mulheres que compartilham mais carências que recursos para a construção e manutenção de um projeto associativo. Conclui-se, ainda, que para o desenvolvimento social na perspectiva da atuação da mulher em empreendimentos sociais no Brasil, é evidente a necessidade de instaurar arranjos organizacionais que proporcionem o fortalecimento de atividades de formação integral das sócias, privilegiando habilidades comunicacionais, sensibilidade e atitudes de solidariedade e respeito aos valores da população local. Além disso, a clareza e a identificação pessoal das gestoras e das sócias com relação ao projeto ético-político emancipatório mostra-se relevante. Desafio este, que está longe de ser singelo, pois demanda um rompimento com o legado histórico de subordinação da mulher, que levou ao abismo ainda existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e feminino.

Enfim, este trabalho contribui com um debate em curso que busca alternativas para o enfrentamento dos limites de atuação das mulheres num contexto mais amplo de desenvolvimento social, facilitando o enfrentamento e combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento com inclusão social equitativa, justa e humanizada.

Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local** - Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME. Rio de Janeiro: UFRJ/FINEP/SEBRAE/CNPQ, 2002.

ANDION, C. A. Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005.

AZEVEDO, S. R. S.; GARCIA, L. G., FRANCH, M.; SANTIAGO, I. Mulheres na Construção de Ações Empreendedoras na Zona Rural de João Pessoa desenvolvida na Região do Baixo Gramame, João Pessoa, Paraíba. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

BOSE, M.; GODÓI-DE-SOUSA, E. Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Social: Desafios e Oportunidades. **Anais... VI ENAPEGS 2012**, São Paulo, SP.

BROSE, M. **Redes**: breve introdução à arte de tecer Capital Social. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/268/>>. Acesso em: 26 agosto 2012.

CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; MELO, M. C. O. L.; VASCONCELOS, K. A. A produção científica sobre gênero na administração: uma meta-análise. In: **EnANPAD**, 30., 2006. Salvador, BA.

CARDOSO, F. L.; TEODÓSIO, A. S. S. Relações de Gênero nas Dinâmicas Associativas Solidárias: um estudo de caso no Assentamento Rural Pastorinhas. **Anais... V ENAPEGS 2011**, Florianópolis – SC.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. Cap. 4. In CASTELLS, M. **O poder da identidade**. V.II. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.167-292, 2003.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção pública. In: MELO, H. P.; PISCITELLI, A.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (org). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, p.49-80, 2006.

FARIA, N.; SILVEIRA, M L.; NOBRE, M. (orgs). **Escolhas políticas: desafios para a incorporação de gêneros às práticas das ONGs**. In: Perspectivas de gênero. Debates e questões para as ONGs. Parte I. O gênero nos contextos de intervenção das ONGs. Cadernos Sempreviva, São Paulo, SOF, 2007. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/generoweb/nalu.htm>> Acesso em: 15 dez. 2011.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor. São Paulo: Gente, 2002.

_____. Empreendedorismo social: apontamentos para um debate. In: Centro Ruth Cardoso (org.). **Políticas sociais: ideias e prática**. São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GODÓI-DE-SOUSA, E. **O processo sucessório em associações produtivas no Brasil**: estrutura, desafios e oportunidades. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Administração) –Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D.A.C. Economia solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho. In: **EnANPAD**, 34., 2010. Rio de Janeiro, RJ.

HADDAD P. R. **Texto de Referência da Palestra Sobre Cultura Local e Associativismo**. Belo Horizonte, setembro de 2004. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl> acesso em 10/08/2012.

KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira a base de tudo**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2000.

LOURENÇO, M. S. M. **Trabalho Pleno: Construção do Desenvolvimento Local**. Sobral: Edições UVA, 2003.

NOBRE, M. **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez., 2005

PESSOA, C.; RAMOS, J. F. P.; PEIXOTO, S. L. F. In: **II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores**, 2008, Fortaleza, CE.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F.. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. Boston. Basic Books, 1984.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. New York, PNUD, 2010.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos**. New York, PNUD, 2011.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária**: sinais de outra economia. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

QUINTÃO, C. **Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego**. In: SEMINÁRIO TRABALHO SOCIAL E MERCADO DE EMPREGO. Porto, 28 abril 2004. Disponível em: <<http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working4.pdf>>. Acesso em 12/08/2012.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGHI, L. B; PASCHE, D. F.; AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento**: interconexões, reorientação dos serviços de saúde e desenvolvimento regional. Santo Andre, 2006. Disponível em <http://portal.saúde.gov/portal/arquivos/pdf/avaliação_saúde_desenvolvimento.pdf> . Acesso em 26 ago. 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2004.

SALES VERAS, Celecina de Maria. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38115210>> Acesso em: 10 julho 2012.

SEKN. **Effective Management of Social Enterprises: Lessons from Businesses and Civil Society Organizations in Iberoamerica**. Cambridge, Massachusetts: David Rockefeller Center Series on Latin American Studies, Harvard University Press, 2006.

TEIXEIRA, C. P.; PERES, U. D. Desenvolvimento local: problematizando a perspectiva proposta pela Nova Economia Institucional. **Anais... ENAPEGS, IV**, 2010. Lavras, MG.

VALE, G. M. V.; SERAFIM, A. C. F.; TEODÓSIO, A. S. S. Gênero, Imersão e Empreendedorismo: Sexo Frágil, Laços Fortes? **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, art. 4, pp. 631-649, Jul./Ago. 2011.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.